



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

MEIO AMBIENTE: DINÂMICA E INTERAÇÕES DA NATUREZA

RÔMULO LOURENÇO DE OLIVEIRA

**CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE
BANANEIRAS/PB: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATUAL**

GUARABIRA/PB

2021

RÔMULO LOURENÇO DE OLIVEIRA

**CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE
BANANEIRAS/PB: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia) apresentado ao Programa de Graduação de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Geografia.

Área de concentração: Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciene Vieira de Arruda

GUARABIRA/PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48c Oliveira, Romulo Lourenco de.

Caracterização geral do processo de formação dos assentamentos rurais de reforma agrária do município de Bananeiras/PB: [manuscrito] : produção agrícola atual / Romulo Lourenco de Oliveira. - 2021.

57 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda , Coordenação do Curso de Geografia - CH."

1. Bananeiras/PB. 2. Assentamentos rurais. 3. Produção agrícola. I. Título

21. ed. CDD 338.1

RÔMULO LOURENÇO DE OLIVEIRA

**CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE
BANANEIRAS/PB: PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia) apresentado ao Programa de Graduação de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Geografia.

Área de concentração: Geografia.

Aprovado em: 04/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Luciene Vieira de Arruda (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (1^o Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (2^o Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

GUARABIRA/PB

2021

À Davani Fernandes e a José Lourenço, pais e avós inesquecíveis.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A todas as dificuldades que encontrei enquanto graduando em Geografia. Em muitas delas fraquejei e até pensei em desistir, mas agora, mesmo ciente dos desafios que poderão surgir, me sinto vitorioso.

À palavra de Deus, que é fonte de amor, esperança e sabedoria, pelo qual pude alcançar este objetivo, no qual foi trilhado com muita dedicação.

À minha família, em especial aos meus pais Raquel e Severino, ao meu paidrasto Luciano, às minhas tias Marlene e Vilma e à minha amada Liliane, por todos os momentos que estiveram ao meu lado me amparando de todas as formas.

À minha mãe acadêmica, professora Luciene Vieira de Arruda, que me acolheu, acreditou no meu potencial e me orientou de forma incrível, meus sinceros agradecimentos.

Aos docentes e funcionários do Campus III, em especial aos (às) queridíssimos (as) profs. Carlos Belarmino (*in memoriam*), Ivanildo Costa, Ana Carla Marques, Leandro Paiva, Fábio Dantas, Mônica de Fátima e Juliana Nóbrega que, durante a minha formação, me fizeram enxergar as belezas e os desafios dos estudos geográficos.

Aos meus eternos amigos da turma 2016.2 (tarde) e de outras turmas por quais passei, especialmente a Juliana, Patrick, Lenildo, Abrahão, Lorrán, Mariana, Cybelle e Jaciara. Vocês contribuíram bastante durante os momentos de alegrias e aflições.

A todos os pesquisadores do grupo Terra, especialmente à professora Luciene Arruda, ao técnico Amarildo Henrique e à colega Helen Niedja, pelos momentos de aprendizado e suporte às pesquisas.

À Universidade Estadual da Paraíba, pelo suporte material e financeiro.

À Prefeitura Municipal de Pilões, pela disponibilidade dos transportes.

Aos queridíssimos professores Belarmino Mariano e Leandro Paiva, por aceitarem compor a banca examinadora desta pesquisa.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigado.

“Encontrou-se, em boa política, o segredo de fazer morrer de fome aqueles que, cultivando a terra, fazem viver os outros.”

Voltaire

OLIVEIRA, Rômulo Lourenço de. **Caracterização geral do processo de formação dos assentamentos rurais de reforma agrária do município de Bananeiras/PB: produção agrícola atual.** (Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Prof^a. Dra. Luciene Vieira de Arruda), UEPB, Guarabira, 2021, 57p.

BANCA EXAMINADORA: Prof^a Dra. Luciene Vieira de Arruda
Prof^o Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues
Prof^o Dr. Belarmino Mariano Neto

RESUMO

A agricultura familiar tem se destacado nas últimas décadas como setor primordial na produção de alimentos para o país. Mesmo com o passar do tempo, as dificuldades pelas quais passou e continua passando persistem. O Brejo Paraibano (BP), região composta por oito municípios, que envolve uma área de 1.202,1 km², onde habitam cerca de 115 mil pessoas, aproximadamente, existem 45 Assentamentos rurais de reforma agrária e beneficiam 1.715 famílias (IBGE, 2017). Neste sentido, o objetivo desta pesquisa consiste em realizar uma caracterização geral do processo de formação dos Assentamentos rurais de reforma agrária do município de Bananeiras/PB e discutir a produção agrícola atual dos Assentamentos rurais deste município. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa a partir de dados descritos sobre o assunto, pautados através da definição do objetivo de pesquisa, do levantamento bibliográfico e de dados secundários além da pesquisa de campo. Bananeiras/PB ocupa uma área de 255 km², tem uma altitude aproximada de 520m e a população total é de 21.851 habitantes (IBGE, 2010). O desenvolvimento econômico do município obedeceu a vários ciclos econômicos: cana-de-açúcar, café, agave, algodão e pecuária. Atualmente a banana é o principal produto agrícola. Alguns setores produtivos têm se modificado, onde houve uma inserção maior do turismo rural, cultural e de inverno. De 1970 até o final da década de 1990 houveram conflitos por terras, envolvendo, aproximadamente, 400 famílias, que resultou, atualmente, em 13 Assentamentos rurais. Esses assentados vivem da agricultura de subsistência e da pecuária, entretanto ainda necessitam de orientação técnica.

Palavras-chave: Bananeiras/PB; Assentamentos rurais; Produção agrícola.

ABSTRACT

Family farming has stood out in recent decades as a primordial sector in the production of food for the country. Even with the passage of time, the difficulties that it has gone through and continues to go through persist. Brejo Paraibano (BP), a region composed of eight municipalities, which covers an area of 1,202.1 km², where approximately 115 thousand people live, there are approximately 45 rural land reform settlements and benefit 1,715 families (IBGE, 2017). In this sense, the objective of this research is to carry out a general characterization of the process of formation of the agrarian reform rural settlements in the municipality of Bananeiras / PB and to discuss the current agricultural production of the rural Settlements of this municipality. In order to achieve the proposed objective, a survey was carried out based on useful data on the subject, guided by the definition of the research objective, the bibliographic survey and secondary data in addition to the field research. Bananeiras / PB occupies an area of 255 km², has an approximate altitude of 520m and the total population is 21,851 inhabitants (IBGE, 2010). The economic development of the municipality followed several economic cycles: sugar cane, coffee, agave, cotton and livestock. Currently, bananas are the main agricultural product. Some productive sectors have changed, where there has been a greater insertion of rural, cultural and winter tourism. From 1970 until the end of the 1990s, there were conflicts over land, involving approximately 400 families, which currently resulted in 13 rural settlements. These settlers live on subsistence agriculture and livestock, however, they still need technical guidance.

Keywords: Bananeiras/PB; Rural settlements; Agricultural production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de Assentamentos rurais criados no estado da Paraíba do ano de 1984 a 2013.....	23
Figura 2. Distribuição territorial dos Assentamentos rurais de Reforma Agrária no Brejo Paraibano (BP), 2020.....	26
Figura 3. Mapa de localização do município de Bananeiras/PB.....	31
Figuras 4 e 5. Casarões construídos no centro de Bananeiras/PB no período áureo do café.....	34
Figura 6. Vista parcial da cobertura vegetal do Assentamento rural São Domingos, Bananeiras/PB.....	46
Figura 7. Área cultivada com alimentos no Assentamento rural Nossa Senhora das Graças, Bananeiras/PB.....	47
Figura 8. Horta no Assentamento rural Nossa Senhora de Fátima, Bananeiras/PB.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ocupações de terra no Brasil entre 1985 a 2006.....	21
Tabela 2. Levantamento dos Assentamentos rurais do Brejo Paraibano (BP) – 2020.....	27
Tabela 3. Evolução da produção dos principais produtos agrícolas no município de Bananeiras/PB entre 1960 e 1970.....	35
Tabela 4. Demonstrativo da distribuição econômica nos três setores da economia de Bananeiras/PB no ano de 2004.....	37
Tabela 5. Principais lavouras (comerciais e de subsistência) segundo a área plantada e o valor da produção no município de Bananeiras/PB, em 2009.....	37
Tabela 6. Média da produção das lavouras permanente, temporária e total do município de Bananeiras/PB, no período de 2005 a 2015.....	38
Tabela 7. Relação dos Assentamentos rurais de Bananeiras/PB.....	43

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Áreas de conflitos por terras do município de Bananeiras/PB.....	41
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BP	Brejo Paraibano
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODH	Centro de Orientação aos Direitos Humanos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Dr	Doutor
Dra	Doutora
DATALUTA	Bancos de Dados da Luta pela Terra
FETAG	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDAP	Fundação de Desenvolvimento Agrário da Paraíba
GO	Goiás
HA	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
JR	Junior
KM	Quilômetro
M	Metro
MM	Milímetro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nº	Número
PA	Projeto de Assentamento rural
PAM	Produção Agrícola Municipal
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL	Programa Brasileiro de Alcool
PROF	Professor
PROFa	Professora
PROFs	Professores
S/INF	Sem informação
SEDUP	Serviço de Educação Popular
SIGs	Sistema de Informações Geográficas
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
Sra	Senhora
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

1

LISTA DE SÍMBOLOS

2

Quadrado

%

Porcentagem

I

Algarismo romano que simboliza o número 1

II

Algarismo romano que simboliza o número 2

III

Algarismo romano que simboliza o número 3

XVII

Algarismo romano que simboliza o número 17

XVIII

Algarismo romano que simboliza o número 18

XX

Algarismo romano que simboliza o número 20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO: OS DESAFIOS DA LUTA CAMPONESA.....	17
2.2 O MOVIMENTO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NO ESTADO DA PARAÍBA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	19
2.3 O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BREJO PARAIBANO (BP)	23
3 MATERIAIS E MÉTODOS	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB.....	30
4.2 FORMAÇÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB.....	32
4.3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB.....	38
4.3.1 Fazenda Carvalho.....	39
4.3.2 Fazenda Alinorte.....	39
4.3.3 Fazenda Riacho São Domingos.....	40
4.3.4 Fazenda Caboclo.....	42
4.3.5 Fazenda São José.....	42
4.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS/PB.....	44
4.4.1 Cumati.....	44
4.4.2 Nova Vista.....	44
4.4.3 Boa Vitória.....	44
4.4.4 Santa Vitória.....	45
4.4.5 São Domingos.....	45
4.4.6 Nossa Senhora do Livramento.....	46
4.4.7 Nossa Senhora das Graças.....	46
4.4.8 Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	47
4.4.9 Mata Fresca.....	48

1		
4.4.10	Goiamunduba.....	48
4.4.11	Cana Brava.....	48
4.4.12	Baixa Verde.....	48
4.4.13	Nossa Senhora de Fátima.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A produção camponesa sempre esteve presente na história da humanidade, e as relações entre grupos humanos e ambiente natural produziram paisagens com características sociais, ambientais e econômicas que ainda hoje funcionam como importantes pilares de sustentação do meio rural, sobretudo para o agricultor familiar, que se constitui numa categoria social heterogênea e se encontra em diferentes realidades econômicas, sociais, culturais e étnicas (KERBER, 2009).

A agricultura familiar tem se destacado, nas últimas décadas, como setor primordial na produção de alimentos para o país. Historicamente, os agricultores de base familiar foram excluídos do processo de dinamização social e econômico do país, que lhes relegou a trabalhar de forma rústica nas pequenas propriedades (BARBOSA, 2014).

Mesmo com o passar do tempo, as dificuldades pelas quais a agricultura familiar passou e continua passando persistem, ainda que em diferentes contextos históricos. O quadro que vemos é o de uma agricultura familiar buscando alternativas para sair do sistema de produção convencional para se libertar das consequências já conhecidas, em termos de impactos sociais, ambientais e econômicos (KERBER, 2009).

Assentamentos rurais podem ser definidos como “espaços organizativos de luta, de sociabilidade e de projetos de vida com dignidade, em que a conquista da terra representa justiça social e acesso a direitos elementares como o trabalho” (LINS, 2017). Para Bergamasco e Norder (1996, p. 8 e 9), os assentamentos rurais podem ser classificados como:

Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão de fronteiras; reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização processória; programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no Governo Sarney e a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região Amazonas e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 8 e 9).

Os projetos de ocupações de áreas de terras para fim de assentamentos de agricultores foram pautas de vários governos federais, sobretudo a partir dos anos de 1980, na pós-redemocratização brasileira. No entanto, o campo paraibano ainda está muito concentrado e desigual, com um grande quantitativo de famílias a serem assistidas e assentadas pela política de reforma agrária, assim, estes assentamentos se constituem como espaços de resistências (LINS, 2017; PEREIRA JUNIOR *et al*, 2019).

O BP, anteriormente classificado pelo IBGE como uma das oito microrregiões presentes na mesorregião do Agreste Paraibano, é constituído por oito municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria. Todos estes municípios envolvem uma área de 1.202,1 km², onde habitam cerca de 115 mil pessoas, aproximadamente (IBGE, 2017). Exatamente por se chamar de “Brejo”, no qual se considera áreas altas e úmidas, de águas que se conservam permanentemente, o BP apresenta características físicas que são propícias à agricultura, podendo, assim, influenciar diretamente nos aspectos socioeconômicos desta região.

O processo histórico de formação territorial do BP possibilitou desenvolver uma região diferenciada da Zona da Mata e do Sertão do estado, porém subordinado à mesma lógica de uso. A região se tornou uma área de conflito entre o trabalhador e o latifúndio monocultor (canavieiro e bovino), onde muitos conflitos passados geraram assentamentos de Reforma Agrária (PEREIRA JUNIOR *et al*, 2019). Em contrapartida, tais assentamentos rurais, que somam 45 unidades e beneficiam 1.715 famílias (IBGE, 2017), cumprem importante função no povoamento do campo, na produção de alimentos e na geração de renda das famílias assentadas, conseqüentemente, contribuem para diminuir as desigualdades sociais.

A partir destas questões decidimos construir a presente pesquisa, com o objetivo de realizar uma caracterização geral do processo de formação dos assentamentos rurais de reforma agrária do município de Bananeiras/PB e discutir a sua produção agrícola atual.

Localizado no BP, o município de Bananeiras/PB está inserido na escarpa oriental do Planalto da Borborema. O município é, territorialmente, o terceiro maior

do BP, estando Areia/PB e Alagoa Grande/PB à frente, respectivamente. Os Assentamentos rurais distribuídos em Bananeiras/PB ocupam o segundo maior número (13), enquanto Alagoa Grande/PB está representado pelo maior número de Assentamentos (14).

A pesquisa está dividida em quatro capítulos: no primeiro capítulo apresentamos a caracterização geoambiental do município de Bananeiras/PB; no segundo capítulo descrevemos como ocorreu o processo de formação territorial e organização do espaço deste município; no terceiro capítulo relatamos como ocorreu o processo de formação dos assentamentos rurais do município; e por fim, apresentamos e discutimos sobre a dinâmica da produção agrícola atual dos assentamentos do município em estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente fundamentação teórica discorre, primeiramente, sobre a conceituação da categoria geográfica “Território” e “Territórios de Esperança”, esta última, proposta por Moreira (2003); posteriormente sobre o movimento da luta pela terra no Brasil e, por rebatimento, no estado da Paraíba; e por último, sobre o surgimento dos assentamentos rurais no BP.

2.1 TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO: OS DESAFIOS DA LUTA CAMPONESA

A discussão sobre o território como categoria de análise da Geografia é um importante caminho para a compreensão da dinâmica espacial da fragmentação da luta pela terra, de modo que, para os movimentos de trabalhadores rurais, o acesso à terra constitui novas possibilidades de reterritorialização (LIMA, 2011).

Santos (2007, p. 11), ao falar sobre o conceito de território, diz que é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. Já Souza (2001, p. 77) entende o território como “espaço das relações de poder”, onde as relações sociais são projetadas no espaço. O território é, para o autor, um espaço delimitado pelas relações de poder.

Haesbaert (1997, p. 39) afirma que, discutir sobre a conceituação da categoria geográfica “território”, tem se pautado por uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Na tentativa de sistematizar tais conceitos, o autor agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas em três vertentes básicas:

- a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; b) a cultural(ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; c) a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1997, p. 39).

Apesar dessa tentativa de agrupar as diferentes abordagens conceituais de território, Haesbaert (1997, p. 41) admite a preponderância de posições múltiplas. Entretanto dois aspectos estão sempre presentes: as noções de apropriação e de dominação.

A vertente básica da desterritorialização, baseada em Haesbaert (2001, p. 17 e 18), trata-se aqui, como perda do acesso à terra – terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico (como na principal bandeira do movimento dos agricultores sem-terra), mas também como *locus* de apropriação simbólica.

Para Lima (2011, p. 62) as territorialidades da luta pela terra desde o ponto de vista do trabalho – os acampamentos, assentamentos, as terras indígenas, e quilombolas – são instrumentos políticos no conflito entre as classes envolvidas nessa luta. Isso porque esses territórios são embates diretos contra uma forma de manifestação do espaço hegemônico: o capital.

Compreendemos que o território camponês, embora seja, em última instância, subordinado ao modo de produção capitalista, se apresenta como possibilidade de sobrevivência dos sujeitos que, em algum momento, foram excluídos dos setores produtivos. Portanto, em alguns casos, os assentamentos rurais podem ser considerados como modelos alternativos frente ao agronegócio que representa um paradigma da agricultura capitalista contemporânea danoso ao homem e a natureza (FRANÇA, 2014).

O processo de reterritorialização, abordado por Moreira (2003, p. 4) através do conceito de “Territórios de Esperança”, corresponde tanto à porção do espaço conquistado e construído pelas lutas de resistência e de ocupação promovidas pelos trabalhadores sem-terra, como aquela resultante da luta de resistência, recriação e consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa.

Diante do processo de exploração e dominação das classes dominantes sobre as classes submissas, entendemos que os “Territórios de Esperança” são conquistados, ao mesmo tempo em que são construídos: pela luta e pela resistência camponesa para ocupar e permanecer na terra. Trata-se de Territórios novos constituídos com base na utopia, na esperança e na solidariedade (FRANÇA, 2011).

2.2 O MOVIMENTO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NO ESTADO DA PARAÍBA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

As Ligas Camponesas, movimento surgido em meados da década de 1950, só no Nordeste brasileiro, tinham em torno de 70 mil associados e a politização de seu discurso – que passou a incluir temas como a reforma agrária, o desenvolvimento e a questão regional –, foram considerados por muitos analistas como um dos detonadores do movimento que levou ao golpe militar no Brasil em 1964 (REIS, 2012).

Para Fernandes (1998, p. 2) o Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura a partir do ano de 1965. Nessa década de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa.

Reis (2012, p. 91) afirma que o marco legal da política fundiária do novo regime, o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504) promulgado ainda em 1964, reconhecia o direito de propriedade daqueles que demonstrassem a posse da terra, os direitos daqueles que a arrendavam e também daqueles que trabalhavam em terra alheia. Além disso, sancionava a ideia de “função social da propriedade”, que serviria de critério para desapropriações de terras visando a reforma agrária no país. Entretanto, mesmo prescrito na teoria, na prática não funcionou muito bem.

O campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje (FERNANDES, 1998).

Para Fabrini (2006, p. 68) a origem da luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados no processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios).

A política de privilégios ao capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos por terra se multiplicaram. A Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹, criada para apoiar as lutas dos camponeses, registrou, em 1979, 715 conflitos, sendo que 88,1% começaram a partir de 1973. Esses conflitos estavam distribuídos por todo o País (FERNANDES, 1998).

Com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária. Com isso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)², com seu caráter popular, passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra por meio de ocupações de latifúndios e acampamentos (FABRINI, 2006; FERNANDES, 2008).

Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais. A luta pela terra, por meio das ocupações, cresceu mais intensamente a partir da primeira gestão do governo FHC. As duas gestões deste governo são marcadas por diferentes políticas de reforma agrária. Na primeira, o governo apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. Foi o período em que mais se assentou famílias (Tabela 1). Na segunda, ele iniciou uma estratégia oposta à primeira: investiu na criminalização das ocupações de terra, criando medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terras e não desapropriar terras ocupadas (FERNANDES, 2008).

¹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO).

² O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento de ativismo político e social brasileiro, fundado por João Pedro Stédile em janeiro de 1984.

Tabela 1. Ocupações de terra no Brasil entre 1985 a 2006.

Governo	Ocupações	%	Famílias	%
Sarney (1985-1989)	229	3	34.333	3
Collor/Itamar (1990-1994)	507	7	82.600	8
FHC (1995-1998)	1.987	28	301.908	28
FHC (1999-2002)	1.991	28	290.578	28
Lula (2003-2006)	2.387	34	343.958	33
Total	7.101	100	1.053.377	100

Fonte: DATALUTA (2008).

Em 2003, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve crescimento das ocupações e, conseqüentemente, dos assentamentos. Isso, possivelmente, ocorreu pela minimização da aplicação da criminalização da luta pela terra, prevista na Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001, e pela esperança que os movimentos socioterritoriais depositavam no presidente para a realização de uma reforma agrária mais ampla, o que não ocorreu, afinal, o total de famílias assentadas no primeiro mandato do governo Lula contempla apenas 63% das 400 mil famílias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o período (GIRARDI e FERNANDES, 2008).

A reforma agrária é necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil. Nos sucessivos governos, após a redemocratização do país, as ações de reforma agrária no Brasil têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses (GIRARDI e FERNANDES, 2008).

A concentração fundiária tem origens históricas na estrutura agrária brasileira e nordestina. Neste sentido, a maioria das terras paraibanas, em diferentes áreas, desde o litoral ao sertão conta(va) com a atuação e domínio de famílias tradicionais oligárquicas que, por sua vez, detinham(detêm) o poder econômico e, em alguns casos, políticos, das regiões (FRANÇA, 2011).

O processo da luta pela Reforma Agrária na Paraíba emerge do movimento das Ligas Camponesas a partir de 1945, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Uma das metas iniciais do PCB consistia em possuir uma maior projeção para as discussões acerca da situação e das relações agrárias estabelecidas no país naquele período (MOREIRA e TARGINO, 1997).

As pesquisas indicam que a distribuição de terras no estado da Paraíba não é igualitária. Isso se dá principalmente pela ação de grandes fazendeiros paraibanos que têm seus objetivos centrados em assegurar a estrutura concentradora de terra e de relações de trabalho injustas, lançando mão de qualquer tipo de artimanhas que vão desde a influência direta com o poder judiciário e com o Estado, até a violência física (MITIDIERO JR, 2008).

Na Paraíba, são poucos aqueles que detêm a posse da terra: de 4 milhões de hectares aptos para o desenvolvimento da atividade agropecuária, 2,1 milhões (ou 53%) estão nas mãos de latifundiários. Além disso, de 4.109.345 hectares (ha) existentes em todo estado, aproximadamente 2.156.388 encontram-se em condições irregulares, seja por serem devolutas ou por serem improdutivas. Isso reforça a ideia de que mais da metade das terras paraibanas estão passíveis de desapropriação (MITIDIERO JR, 2008).

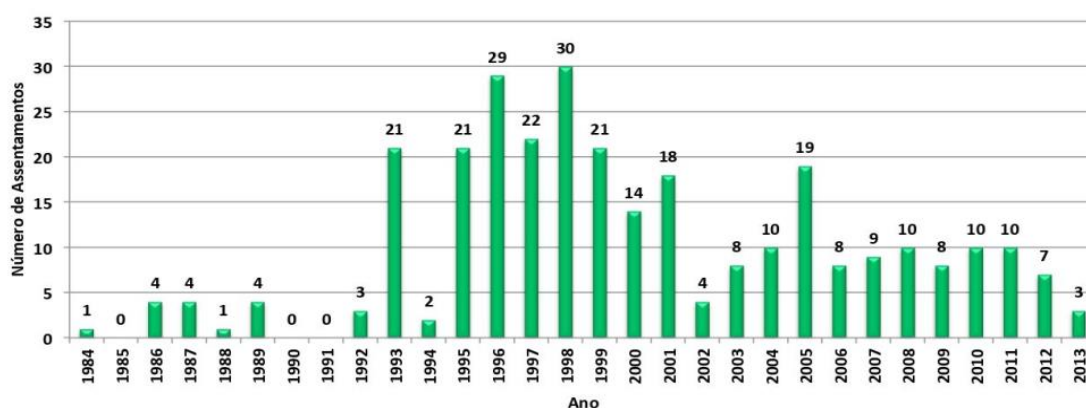
Na Paraíba, foram registrados, entre 1970 e o início de 1996, mais de 200 conflitos por terra, distribuídos em 57 municípios. Eles abrangeram mais de cem mil ha (quase 10% da área utilizada com lavouras em 1980) e envolveram mais de oito mil famílias (cerca de quarenta mil pessoas). Concentraram-se basicamente na Zona da Mata e no Agreste (mais de 90,0% do total). Aí também se encontrava o maior número de famílias envolvidas nos conflitos pela posse da terra (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Os dados relativos aos conflitos e aos assentamentos na Paraíba têm sido divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) a partir de 1997. Segundo estes, entre 1997 e 2003, 83 conflitos de terra tiveram lugar no estado, dos quais apenas 16 localizaram-se na região semiárida. Nesse mesmo período, foram implementados 105 Projetos de Assentamentos rurais (PAs) (INCRA, 2006). Até o ano de 2007, no estado, existiam 232 assentamentos rurais, os quais, quantitativamente, variam de região para região de acordo com os órgãos, movimentos e entidades envolvidos na luta pela conquista da terra (MITIDIERO JR, 2008).

Entre as pequenas propriedades paraibanas, encontram-se os assentamentos rurais de reforma agrária, que abrigam 14.645 famílias em um total de 294.672,08 ha. De acordo com Cabral (2020, p. 47), até 2017, a Paraíba possuía 314

assentamentos rurais de reforma agrária e a implementação desses assentamentos ocorreram principalmente na década de 1990 (Figura 1).

Figura 1. Número de Assentamentos rurais criados no estado da Paraíba do ano de 1984 a 2013



Fonte: CABRAL (2020).

Conforme DataLuta (2020, p. 20), do ano de 2017 a 2019, não houve nenhum assentamento rural criado no estado da Paraíba. Até 2019 existiam os mesmos 314 assentamentos rurais de reforma agrária, representando 3,3% dos 45,9% de assentamentos rurais da região nordeste. Com isso, a Paraíba abriga cerca de 15.218 famílias em um total de 292.204 há.

2.3 O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BREJO PARAIBANO (BP)

O espaço agrário paraibano passou por profundas modificações a partir de 1970, em decorrência do processo de modernização da agricultura, implantado pelo governo brasileiro, conhecido como “modernização conservadora”, que segundo Moreira e Targino (1997, p. 97):

foi responsável por mudanças profundas na base técnica e na organização da produção agropecuária, na distribuição da posse da terra, na dinâmica da população e do emprego rural, nas formas de organização e de luta da classe trabalhadora que redundaram numa nova reestruturação do espaço agrário estadual (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 97).

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)³, implantado durante o governo

³ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado em 31 de dezembro de 1964 com o objetivo de assegurar juridicamente os proprietários de imóveis, garantindo acesso a políticas públicas, além

de Castelo Branco, veio fortalecer, principalmente, os grandes proprietários. A modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços (DELGADO, 2001).

O PROÁLCOOL⁴ redefiniu a região canavieira do estado da Paraíba, seja pela incorporação de novos municípios, seja pela expansão da fronteira canavieira nos municípios tradicionalmente produtores de cana. No início do PROÁLCOOL, em 1975, a produção da cana estava restrita a 15 municípios e se expandiu para 38 municípios na década de 1980. Com isso, o avanço da cana provocou a expulsão e expropriação de moradores, parceiros e foreiros, tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana, como naquelas que foram por ela incorporadas durante o PROÁLCOOL (MOREIRA e TARGINO 1997).

Para Moreira e Targino (1997), a modernização da atividade pecuária no estado da Paraíba foi mais sentida no processo produtivo em decorrência de melhoras introduzidas no padrão alimentar do rebanho, resultante da ampliação das pastagens artificiais, da difusão da palma forrageira, da maior utilização de ração industrial, de produtos farmacêuticos e de processos e técnicas semi-intensivas.

No BP a paisagem foi dominada pelo verde e os limites da cana coincidia com os limites do pasto plantado. A agricultura alimentar sofreu importante recuo. Como resultado desse processo, assistiu-se a expulsão-expropriação dos camponeses, a intensificação do trabalho assalariado, ao aumento da exploração do trabalho no campo e ao acirramento da luta por terra e por melhores condições de trabalho e salário. A luta sindical se fortaleceu no BP e culminou, em 1983, com o assassinato da mais importante líder sindical da região, a presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande/PB, Margarida Maria Alves (MOREIRA e TARGINO, 1997; RODRIGUES, 2012).

Com a crise do PROÁLCOOL, que se iniciou em 1986, assistiu-se, também, a falência da maioria das usinas de açúcar tradicionais da Paraíba. No BP, todas as

de possibilitar o planejamento do uso e da ocupação da terra e o monitoramento da legislação ambiental.

⁴ O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado em 14 de novembro de 1975 com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

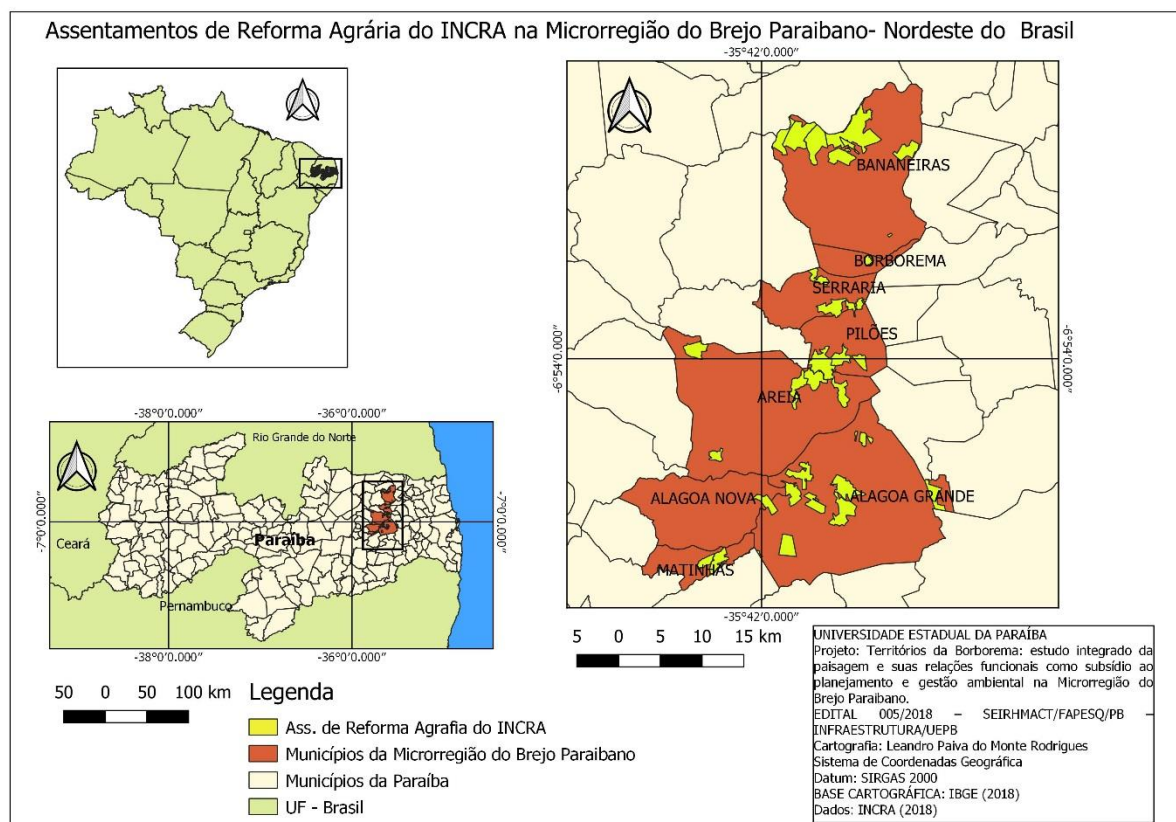
usinas e a destilaria Borborema também faliram. A Usina Tanques teve sua última moagem na safra de 1995/1996. A última moagem da Usina Santa Maria foi a de 1992/1993 e a Destilaria Borborema moeu pela última vez na safra de 1992/1993 (RODRIGUES, 2012).

A crise do PROÁLCOOL coincidiu com a retração da atividade pecuária motivada tanto pela redução do crédito como pela repetição de períodos secos. O desmantelamento da atividade sucro-alcooleira e a retração da pecuária foram responsáveis pelo agravamento do desemprego no BP (RODRIGUES, 2012). Nesse momento, destaca-se a ação da Arquidiocese de Guarabira e do Serviço de Educação Popular (SEDUP) a ela articulado, bem como de algumas paróquias locais e de alguns Sindicatos do BP que possibilitaram a organização dos trabalhadores em torno da luta por terra (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A partir do ano de 2000 verifica-se, no plano político regional, uma articulação do poder local aos setores empresariais e do turismo, que resultou em mudanças no espaço dos principais municípios do BP. Um novo nicho de mercado, baseado no turismo de inverno vai se expandir pelo campo, transformando a paisagem, as relações de trabalho e a própria malha agrícola dos municípios, originando outra territorialidade, com a prevalência das atividades turísticas e a construção dos condomínios fechados horizontais (PEREIRA JUNIOR *et al*, 2019).

No BP atualmente existem 45 Assentamentos rurais, tornando-se o maior em número de assentamentos rurais, o que corresponde a 14,1% do total do estado, ocupando uma área de 18.496 ha (Figura 2). Em relação ao número de famílias assentadas, o BP ocupa a terceira maior posição no estado, totalizando 1.715 famílias assentadas, com capacidade para 1.842 famílias (Tabela 2).

Figura 2. Distribuição territorial dos Assentamentos rurais de Reforma Agrária no Brejo Paraibano (BP), 2020.



Fonte: RODRIGUES (2020).

Alagoa Grande, Bananeiras, Pilões e Areia somam a maior parte dos Assentamentos (39), ficando os cinco restantes distribuídos nos demais municípios. Tal distribuição resulta do domínio territorial das usinas de cana-de-açúcar, em Alagoa Grande, com a Usina Tanques; Areia e Pilões, com a Usina Santa Maria; e Bananeiras, com as grandes fazendas de criação de gado.

Tabela 2. Levantamento dos Assentamentos rurais do Brejo Paraibano (BP) – 2020.

Município	Assentamento	Área (ha)	Nº famílias assentadas	Capacidade famílias assentadas	Data de criação
Alagoa Grande	Quitéria	167,7	50	50	20/12/1993
	Caiana	226	67	67	06/11/1996
	Sapé de Alagoa Grande	429,7	49	50	06/11/1996
	Alagoa Nova	402,5	40	40	22/12/1997
	Coração de Jesus	182,1	23	24	11/09/1998
	Margarida Maria Alves	465,6	39	40	21/09/1998
	Severino Ramalho	295,8	25	26	25/09/1998
	Maria da Penha I	616,6	57	62	25/09/1998
	Maria da Penha II	531,2	48	48	25/09/1998
	Severino Cassimiro	150	19	20	23/11/1998
	José Horácio	96,8	32	32	23/11/1998
	Monsenhor Luiz	393,1	29	29	18/01/1999
	Pescarmona				
	Caiana dos Mares	1.103,9	40	41	04/03/1993
Nova Margarida	843,6	79	80	22/09/2014	
Sub-total	14	4.802,7	557	609	
Alagoa Nova	Engenhoca	382,2	41	49	04/03/1993
	Cachoeira da Pedra D'água	142,5	23	40	04/03/1993
Sub-total	02	524,7	64	89	
Areia	Esperança	140,7	49	50	09/12/1997
	União	380,2	40	40	02/12/1997
	Socorro	387,7	23	24	07/12/1999
	Manoel Joaquim	193	39	40	21/12/2000
	Engenho Cipó	187,8	25	26	04/03/1993
	Celso Furtado	429	57	62	17/03/2009
Sub-total	06	1.718,4	233	242	
Bananeiras	Cumati	16,7	23	23	20/12/1993
	Nova Vista	79,9	29	29	05/01/1994
	Boa Vitória	201,7	14	20	14/12/1995
	Santa Vitória	1.768,4	84	85	09/12/1996
	São Domingos	676,0	25	36	31/12/1997
	Nossa Sra. do Socorro	394,0	60	64	09/11/1998
	Livramento				
	Nossa Sra. das Graças	620,3	62	63	09/11/1998
	Nossa Sra. do Perpétuo Socorro	1.642	54	55	09/11/1998
	Mata Fresca	89,9	09	09	04/03/1993
	Goiamunduba	374,5	26	41	04/03/1993
	Cana Brava	38,8	06	06	04/03/1993
	Baixa Verde	198,3	31	33	04/03/1993
Nossa Sra. de Fátima	381,2	42	42	20/12/2005	
Sub-total	13	6.481,7	465	506	
Matinhas	Cajá de Matinhas	284,9	36	36	17/12/1986
	Chã do Bálsamo	966,0	42	42	15/08/1995
Sub-total	02	1.250,9	78	78	
Pilões	Veneza	300	26	26	25/11/1997
	Florestan Fernandes	450	41	41	27/09/2005
	Josué de Castro	306,2	17	17	20/03/2012
	São Francisco	432	28	28	25/11/1997
	Redenção	969	94	94	09/12/1997
	Santa Maria	269,7	27	27	25/11/1997
Sub-total	06	2.726,9	233	233	
Serraria	Campo Verde II	481,4	35	35	02/12/1997
	Cajazeiras	509,3	50	50	02/12/1997
Sub-total	02	990,7	85	85	
TOTAL GERAL	45	18.496	1.715	1.842	

Fonte: Adaptado de INCRA (2018); Relatório de iniciação científica (PIBIC/UEPB, 2020).

A influência da Igreja Católica foi historicamente importante nas lutas dos camponeses em todo o estado paraibano. Se nos referirmos especificamente ao BP, observaremos que a grande maioria dos assentamentos rurais derivados da luta pela terra, expressam as marcas deixadas pelo apoio eclesial da Igreja Católica. Essa evidência pode ser constatada facilmente ao observarmos o número de assentamentos que carregam os nomes de religiosos militantes da luta e/ou de santos cultuados pelo catolicismo popular (FRANÇA, 2014).

Particularmente, no BP aconteceram importantes movimentos por terra, direito e melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais, apoiados pela ação das Ligas Camponesas, pela Igreja Católica (Diocese de Guarabira), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP), Centro de Orientação aos Direitos Humanos (CODH) e Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) (RODRIGUES, 2012).

Na década de 1980 a CPT lançou uma campanha contra o plano de previdência do Governo, que queria modificar a aposentadoria do produtor rural. Além disso, de 1991 a 2010 a CPT/Guarabira atuou e conquistou 60 áreas de assentamentos, o equivalente a 47.081,0 ha. Com isso, 2.965 famílias conquistaram a terra e estão, hoje, assentadas. Só no BP existem 24 Assentamentos rurais acompanhados pela CPT durante e depois dos conflitos que lhe deram origem. 10 desses 24 Assentamentos, ou seja, 41,7%, localizam-se em Bananeiras/PB (RODRIGUES, 2012).

O STR de Bananeiras/PB teve participação na orientação dos trabalhadores para o processo de reforma agrária das propriedades Caboclo, Raposa e São José, que deram origem aos Assentamentos Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Nossa Senhora das Graças (SILVA, 2011).

Durante os conflitos eclodidos no município, Moreira (1997) afirma que o STR de Bananeiras/PB atuou de várias maneiras: efetuando denúncias ao INCRA sobre a violência contra os trabalhadores; solicitando a desapropriação das terras em conflito também junto ao INCRA; solicitando apoio junto à FETAG/PB. Na área jurídica atuou junto à FETAG/PB no pedido revogação de autorização para exploração de extração mineral no conflito da Fazenda Carvalho.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa a partir de dados descritos sobre o assunto, além de resultados quantitativos, para elaborar uma discussão qualitativa. A maioria dos dados foi encontrado mediante o contato direto e interativo com a temática objeto deste estudo. Procuramos compreender os fenômenos, seguindo a perspectiva do ambiente natural como fonte direta de dados e o autor desta pesquisa como instrumento fundamental e, a partir daí, situamos uma interpretação dos fenômenos estudados, através dos seguintes procedimentos e técnicas:

- Definição do objeto de pesquisa: Aconteceu a partir do interesse em dar continuidade às pesquisas iniciadas enquanto bolsista e de compreender os processos resultantes da luta pela terra e sobrevivência das 465 famílias existentes nos 13 Assentamentos rurais do município de Bananeiras/PB;
- Levantamento bibliográfico: Identificamos o “território” como categoria de análise geográfica desta pesquisa e foram realizadas leituras de obras, artigos científicos, relatórios de pesquisa, monografias, dissertações e teses, fundamentados nos escritos pressupostos de autores como: Moreira (1997), Moreira e Targino (1997), Haesbaert (1997; 2001), Silva (2011), Rodrigues (2012) e Silva (2020);
- Levantamento de dados secundários: Coletamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e da base cartográfica do município elaborada pelo Sistemas de Informações Geográficas (SIGs);
- Pesquisa de campo: Na obtenção de dados de campo, no primeiro momento, deu-se o registro fotográfico como maneira de reconhecer e analisar a configuração dos elementos naturais presentes no município. Posteriormente, analisado o material disponível, foram realizados os percursos em todos os assentamentos rurais do município em estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB

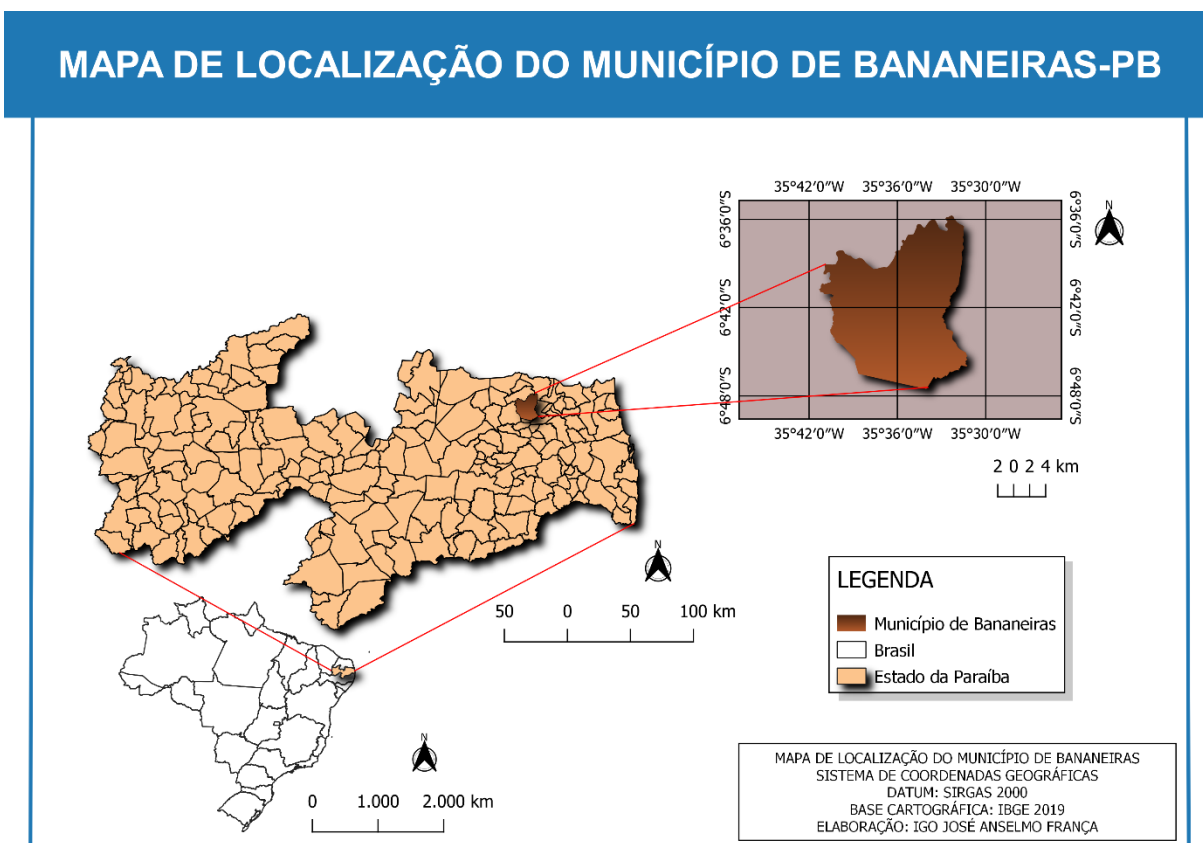
O município de Bananeiras/PB foi criado em 1833, ocupa uma área de aproximadamente 255 km², localiza-se a 135 km distante da capital do estado, João Pessoa (Figura 3) e a população total é de 21.851 habitantes (IBGE, 2010). Seus limites estão estabelecidos da seguinte forma: ao Norte, com os municípios de Dona Inês/PB e Tacima/PB; ao Sul, com os municípios de Borborema/PB e Píripituba/PB; a Leste, com o município de Belém/PB; e a Oeste, com o município de Solânea/PB (CPRM, 2005). A sede do município tem uma altitude aproximada de 520m.

A Microrregião do BP, constituída pelo IBGE entre 1989 e 2017, ainda é conhecida e identificada da mesma maneira, porém de acordo com a nova proposta de regionalização, realizada por (IBGE, 2017), os seus municípios ficaram subdivididos em duas Regiões Geográficas Imediatas: de Guarabira e de Campina Grande. A primeira, representada pelos municípios de Bananeiras, Borborema, Pilões e Serraria; e a segunda, representada por Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova e Matinhas.

As características geológicas do município de Bananeiras/PB foram levantadas por CPRM (2005), no qual o arcabouço geológico local é formado por maciços e rochas Cenozóicas, Neoproterozóicas, Mesoproterozóicas e Paleoproterozóicas, representadas, predominantemente, por arenito médio e conglomerático, granito, xisto, quartzito, mármore, granodiorito e monzogranito.

A unidade geomorfológica do referido município, anteriormente estudado por CPRM (2005), revelam relevo local movimentado, de topografias forte-onduladas com vales profundos e material cristalino dissecado em colinas e lombas alongadas, de outeiros altos e com densa rede de drenagem e altos índices pluviométricos. Suas vertentes são, predominantemente, do tipo côncavo-convexo ou em forma de patamar, com um relevo dissecado em feições de lombada, colina e morro, além de escarpamentos residuais.

Figura 3. Mapa de localização do município de Bananeiras/PB.



Fonte: Arquivo do autor, 2021.

A configuração climática de Bananeiras/PB subdivide-se em duas regiões naturais fortemente diferenciadas: o Curimataú, na porção norte, caracterizado por um clima semiárido; e o Brejo, na porção centro-sul. O clima é úmido, com temperaturas suaves, chuvas orográficas, com precipitações pluviométricas entre 1200 e 1500 mm em média anual (MOREIRA, 1989). O município é drenado pelas bacias hidrográficas dos rios Curimataú e Mamanguape e seus principais tributários são os rios Dantas e Picadas e os riachos Sombrio e Carubeba, todos de regime intermitente. Conta ainda com os recursos do açude da Piaba (CPRM, 2005).

Baneiras/PB, na área de Brejo, possui vegetação da Mata Úmida de Altitude, enquanto na região semiárida tem-se parte de vegetação xerófila. Além disso são formadas por Florestas Subcaducifólicas e Caducifólicas, sendo estas características das áreas agrestes contidas nos contrafortes do Planalto da Borborema (CPRM, 2005). Os solos são profundos e variados, podendo ser encontrados desde os latossolos, os podzólicos, os litólicos eutróficos, os de terra roxa e os regossolos (GONDIM, 1999).

4.2 FORMAÇÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB

No período entre as três primeiras décadas do século XVII até 1719, ou seja, aproximadamente um século, não foram encontrados registros de fixação dos colonizadores no território de Bananeiras/PB. Entretanto, para Silva (2007, p. 97), em 1624, Bananeiras/PB estava sendo ocupada para a fundação dos engenhos. Os primeiros povoadores adquiriram terras nos contrafortes da Serra da Cupaoba. No ano de 1636, Elias Herckmans, diretor holandês de uma capitania, em excursão de reconhecimento, chega à Serra da Cupaoba. Além disso, era sua intenção alcançar a Cachoeira do Roncador, que já se falava sobre a existência de ouro no local.

O que se tem registrado é que a ocupação da região do BP, através da concessão de sesmarias, estende-se da terceira década do século XVII até a segunda década do século XVIII. Mesmo identificando o início do século XVII como marco do processo de ocupação inicial das terras bananeirenses, seus primeiros desbravadores, conhecidos pelos nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, ali obtiveram sesmarias, em 1716 (SILVA, 2011; MEDEIROS, 2016).

O rio Curimataú, que tem sua nascente no município de Barra da Santa Rosa e cortava o território de Bananeiras/PB, teve o seu vale todo dividido com a concessão de sesmarias, e serviu como referência para a localização e a delimitação de grande parte das terras no momento da definição de sua ocupação. Assim como o rio Curimataú, a serra da Cupaoba foi outro ponto de referência bastante utilizada para a localização e identificação das sesmarias, no momento da solicitação e registro de sua concessão (SILVA, 2011).

Desde o seu desligamento da jurisdição da vila de São Miguel da Bahia da Traição em 1822, quando ficou vinculado à jurisdição de Areia, até o momento atual, o município de Bananeiras/PB já perdeu mais de 50% de suas terras em prol do surgimento de outros municípios. Do desmembramento do seu território surgiram 4 municípios: Araruna (1876), Solânea (1953), Borborema (1959) e Dona Inês (1959), alguns dos quais também foram, posteriormente, desmembrados dando origem a novos municípios. Passados dez anos sob a jurisdição de Areia, Bananeiras/PB foi elevada à condição de Vila, assim permanecendo até o dia 16 de outubro de 1879,

quando recebeu foros de cidade (SILVA, 2011; MEDEIROS, 2016).

O desenvolvimento econômico de Bananeiras/PB obedeceu a quatro ciclos econômicos, que são “afora o clássico da pecuária – motor de povoamento do nosso *hinterland* na observação de Celso Mariz. Podemos admitir, como sucessão cíclica, a cana-de-açúcar, o café e o agave”. O algodão também se fez presente nas combinações agrícolas municipais desde os primórdios da sua formação territorial (NÓBREGA, 1968).

Após a introdução do café no município de Bananeiras/PB, realizada pelo gaúcho Tomé Barbosa da Silva, houve modificações no campo e na cidade. O município assumiu a posição de maior produtor do estado, chegando a produzir 150 mil arrobas de café por ano. Tal cultura não só trouxe riqueza para grupos restritos, como também foi responsável por impactos na organização de todo o território do BP, conseqüentemente, construindo-se uma linha férrea para a passagem do trem de carga e passageiros. O percurso da linha férrea passaria por Bananeiras/PB chegando até o município de Cuité, também na Paraíba (RODRIGUES, 2012).

Silva (1997, p. 34) relata que, para o trem chegar em Bananeiras/PB foram necessárias algumas intervenções políticas, chegando a uma mobilização em nível nacional, que o então Prefeito, Celso Cirne, foi solicitar recurso junto ao Presidente da República. Uma das principais justificativas para tal empreendimento foi que o município era considerado o mais rico produtor de café da Paraíba, cuja receita anual envolvia mais de um milhão de sacas de café. Assim, a linha férrea foi instalada e inaugurada em 1925.

Ao mesmo tempo em que a introdução da cultura do café modificava a paisagem no campo de Bananeiras/PB, algumas famílias aristocratas, tais como: dos Neves, dos Rochas, dos Guedes Pereira, dos Coutinhos, dos Mirandas entre outras, se enriqueciam dando origem aos chamados “barões do café”, que investiram na edificação das principais ruas da cidade, de verdadeiros casarões (Figuras 4 e 5).

A opulência vivida pela aristocracia de Bananeiras/PB detinha, não apenas o poder econômico, mas também o político e religioso (MOREIRA e TARGINO, 1997). Os barões do café eram doadores e colaboradores nas obras religiosas. A

construção da Igreja Matriz de Bananeiras/PB é um exemplo dessa importante contribuição ao setor religioso realizada por estas influentes famílias (SILVA, 1997).

Figuras 4 e 5. Casarões construídos no centro de Bananeiras/PB no período áureo do café.



Fonte: SILVA (2011).

Após o desmantelamento da atividade cafeeira que, segundo Nóbrega (1968) “se deu por causa de uma praga, denominada *Cerococus paraibense*, que se alastrou pelos cafezais e dizimou toda a plantação de café do BP em cinco anos”, houve o retorno da produção agrícola municipal. Da mesma forma, com a implantação das usinas de açúcar. Na região os produtores de cana também reagiram plantando sisal e, da mesma maneira do que aconteceu na região, esta cultura também sofreu impacto da concorrência com a fibra sintética (RODRIGUES, 2012).

De acordo com Rodrigues (2012, p. 60), o agave, embora ainda se fizesse presente na década de 1970, apresentou uma queda na produção em 1960. No mesmo momento, a produção da cana-de-açúcar cresce, o que confirma a submissão dos senhores de engenho à dominação das usinas. A produção da banana cresce de forma significativa nas décadas de 1960 e 1970, assim como a do fumo apenas na década de 1970. No que se refere à produção de alimentos, o feijão, a mandioca e o milho obtiveram crescimento na produção na década de 1960 e, da mandioca, principalmente em 1970 (Tabela 3).

Outra atividade que se expandiu no município, entre 1960 e 1970, foi a pecuária bovina. De fato, em 1960 existiam no município apenas 3.956 cabeças de gado. Em 1970, o número de bovinos alcançou 7.759 cabeças, representando um crescimento do plantel da ordem de 96,1% (IBGE, 1960; 1970).

Tabela 3. Evolução da produção dos principais produtos agrícolas no município de Bananeiras/PB entre 1960 e 1970.

PRODUTOS	1960	1970	VARIAÇÃO %
Agave (tonelada)	24.831	22.723	- 8,5
Algodão (tonelada)	473	421	- 11,0
Banana (cachos)	40.583	233.090	474,4
Café (toneladas)	1	0	- 100
Cana-de-açúcar (tonelada)	10.104	13.075	29,4
Feijão (tonelada)	1.902	405	- 78,7
Fumo (tonelada)	87	171	96,6
Mandioca (tonelada)	3.546	4.651	31,2
Milho (tonelada)	1.556	576	- 63,0
TOTAL	83.083	275.112	370,4

Fonte: Adaptado de IBGE (1960; 1970).

Segundo Silva (2011, p. 50), a partir da década de 1970, vários fatos impactaram na organização da produção agrária do município: a implantação do PROÁLCOOL, do SNCR, da conseqüente retomada da expansão da atividade canavieira e o estímulo à atividade pecuária dado pela SUDENE. Cana e pasto passam a dominar o espaço agrário municipal. A fruticultura, em especial, a produção de banana, tradicional no município, embora tenha sofrido com o avanço daquelas outras atividades, continuou compondo a pauta da produção agrícola.

Em Bananeiras/PB foi a pecuária que avançou na década de 1975-1985 sobre o espaço agrário municipal. Isto pode ser confirmado através dos dados relativos ao crescimento do rebanho bovino. Assim vemos, em 1975 o rebanho bovino era composto por 9.271 cabeças de gado e em 1980 já era de 17.726 cabeças, o que representa um crescimento de 91,19% num período de 5 anos (IBGE, 1975; 1980 *apud* RODRIGUES, 2012).

Em 1985 o rebanho do município já era de 20.811 cabeças, o que representa um crescimento entre 1975 e 1985 de 124,4%. Dessa forma pode-se afirmar que o processo de pecuarização teve mais importância, em Bananeiras/PB, do que o de expansão canavieira (IBGE, 1975; 1985 *apud* RODRIGUES, 2012).

Tal crescimento do rebanho bovino municipal teve continuidade até 1991, quando atingiu 25.650 cabeças. A partir do ano seguinte, houve quedas sucessivas no número de bovinos, sendo o efetivo do plantel no ano de 2009 representado por 13.200 cabeças. Essa retração do rebanho bovino pode ser explicada pela redução dos incentivos fiscais e creditícios na década de 1980 e os repetidos períodos de secas que afetaram o estado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A partir de 1985, com a crise do algodão provocada pela praga do bicudo⁵ e, sobretudo, com a retração do PROÁLCOOL, que culminou com o fechamento das usinas da região, ocorre uma reorganização da pauta dos produtos agrícolas municipais. A produção de cana-de-açúcar registrou uma queda vertiginosa entre 1975 e 2006, caindo de 29.451 toneladas para 1.004 toneladas, o que equivale a uma retração de 96,6% (SILVA, 2011; RODRIGUES, 2012).

Rodrigues (2012, p. 63) relata que a lavoura permanente que mais tem se destacado em Bananeiras/PB é a banana, fazendo jus ao seu nome. Esta vem registrando sucessivos aumentos de área plantada e quantidade produzida. Mesmo com diferenças na metodologia da coleta de dados, a Produção Agrícola Municipal (PAM) confirma os dados do censo agropecuário. Segundo a PAM/IBGE, em 1990 foram produzidos 2.040 cachos de banana, o ano de 2000 registrou 2.400 cachos e, em 2009, foi registrado 30.240 cachos.

A partir dos anos 2000, Bananeiras/PB possuiu uma grande taxa percentual da economia provinda das atividades agropecuárias. No entanto, a maior parte da produção do município provém do setor de serviços. De acordo com IBGE (2004), 56% da produção do PIB era proveniente do setor de serviços (Tabela 4), seguido por 37% da atividade agropecuária e, por último, a atividade industrial com 7% do total (IBGE, 2004).

⁵ Durante os anos 1980, na Paraíba, o algodão recebeu o ataque da praga do Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*).

Tabela 4. Demonstrativo da distribuição econômica nos três setores da economia de Bananeiras/PB no ano de 2004.

SETORES	PRODUÇÃO (%)
Agropecuário	37
Industrial	7
Serviços	56
Total	100

Fonte: IBGE (2004).

Em 2009, os principais produtos da agricultura comercial municipal se reduzem apenas à banana (principal produto, tanto em termos de área plantada, como em valor produzido) e à cana, com uma área plantada muito reduzida e um baixo valor da produção, voltada principalmente para a produção de cachaça (Tabela 5). Dos produtos tradicionais da agricultura alimentar (mandioca, feijão e fava), destacam-se a mandioca, em termos de valor da produção; e o feijão, em termos de área plantada (SILVA, 2011).

Tabela 5. Principais lavouras (comerciais e de subsistência) segundo a área plantada e o valor da produção no município de Bananeiras/PB, em 2009.

CULTURAS	ÁREA PLANTADA (HECTARES)	VALOR DA PRODUÇÃO (EM MIL REAIS)
Banana	2.100	7.258
Feijão (em grão)	1.300	438
Mandioca	1.200	1.296
Milho (em grão)	500	56
Fava (em grão)	200	56
Cana-de-açúcar	130	164
TOTAL	5.430	9.268

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2009.

Até o ano de 2013, o município de Bananeiras/PB representou a terceira maior área colhida no período, revelando-se como um dos principais polos de expressão na produção de banana da região do BP (SOUSA e PEREIRA, 2016). Para Sousa (2018, p. 118), no período de 2005 a 2015 foram produzidas cerca de 40.032 toneladas de produtos agrícolas. Ao observarmos a participação das lavouras na tabela 6, comprova-se que a banana é o principal produto agrícola no município, alcançando, em média, cerca de 25.954 toneladas, o que representa 64,8% da produção agrícola municipal.

Tabela 6. Média da produção das lavouras permanentes, temporárias e total do município de Bananeiras/PB, no período de 2005 a 2015.

MUNICÍPIO	VARIÁVEL (UNIDADE)	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA	LAVOURA TOTAL
Bananeiras	Produção (Toneladas)	26.816	13.216	40.032

Fonte: Adaptado de Sousa (2018).

Nos últimos anos, Bananeiras/PB vem sendo um dos municípios do BP que atende uma grande demanda de turistas, pela sua exuberante vegetação e clima ameno, fato que vem atraindo diversos tipos de públicos à região, até mesmo servindo de empreendimentos imobiliários ao capital estrangeiro, que encontrou em seu clima serrano um negócio rentável (PEREIRA, 2011). Conforme Silva (2019) foram identificados 16 condomínios horizontais fechados, além de 28 loteamentos urbanos. A pressão sobre a malha rural do município vem gerando a diminuição dos estabelecimentos agrícolas e o aumento da malha urbana do município.

Atualmente Bananeiras/PB tem modificado alguns setores produtivos, onde houve uma inserção maior do turismo rural, cultural e de inverno, devido à sua localização geográfica privilegiada e ao seu conjunto arquitetônico. Todavia, ainda existem algumas unidades produtivas que cultivam a cana-de-açúcar, tais como o Engenho Goiamunduba, que produz a Aguardente Rainha, desde 1877, e a Cachaça Cascavel (RODRIGUES, 2020).

4.3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB

Para Silva (2011, p. 56 e 57), sem levar em consideração o processo inicial de ocupação das terras bananeirenses, não se tem, na história da questão agrária municipal, notícia da ocorrência de grandes conflitos até a segunda metade do século XX. É somente a partir de 1970 e, mais fortemente, na década de 1980, que eclodem os conflitos por terra no município.

No estudo dos conflitos agrários eclodidos em Bananeiras/PB, entre 1972 a 1986, Moreira (1997) identificou 9 conflitos, envolvendo, aproximadamente, 300 famílias (Quadro 1). À exceção de um imóvel onde à luta de resistência somou-se uma ação de ocupação, os conflitos não surgiram mediante ocupações de terra. Eles tiveram origem a partir de/do/da:

- a) aumento do valor da renda da terra paga por arrendatários ou foreiros, visando obrigá-los a não renovar os contratos e desocuparem a propriedade;
- b) tentativas de expulsão dos camponeses para mudar a forma de exploração da terra;
- c) venda da terra e do interesse do novo proprietário em retirar os camponeses da mesma para introduzir nova forma de exploração, utilizando mão-de-obra assalariada;
- d) conflito trabalhista que redundou em conflito de terra no momento da negociação entre trabalhadores e arrendatários do imóvel (MOREIRA, 1997).

4.3.1 Fazenda Carvalho

O primeiro conflito de terra registrado na segunda metade do século XX em Bananeiras/PB, foi o da Fazenda Carvalho (Caulim I e II), que teve início em 1972 e foi reativado em 1981. Pelo levantamento feito, os moradores dessa fazenda foram os pioneiros na luta efetiva pela desapropriação de terras no município. As causas se deram a partir do aumento do preço do foro e da tentativa de expulsão para mudança na forma de exploração da propriedade (MOREIRA, 1997).

4.3.2 Fazenda Alinorte

A Fazenda Alinorte foi uma propriedade que surgiu da anexação das Fazendas Carrinhos, Maniçoba e Lagoa Dantas, que foram adquiridas pelo senhor Maurício Gama e transformadas num único imóvel com 1.784,20 ha. O conflito teve início quando Maurício Gama exigiu que seus rendeiros plantassem capim antes de devolver a terra e passou a se recusar a renovar os contratos de arrendamentos. Os trabalhadores, então, procuraram a CPT/Guarabira para buscar orientação sobre os seus direitos. O processo de luta formalizou-se com a solicitação de desapropriação feita pelos trabalhadores ao INCRA, em abril de 1997 (RODRIGUES, 2012).

Mesmo sabendo que a terra não poderia ser desapropriada, os trabalhadores continuaram trabalhando, plantando e criando seus animais. Logo, inicia-se um conflito entre os trabalhadores e os empregados da fazenda. Maurício Gama veio a falecer em 2003 e quem respondeu, a partir daquele momento, foi a sua esposa, Mirian Gama, que concordou em dar continuidade no acordo firmado pelo ex-marido,

e decidiu vender uma parte do imóvel. O processo de compra de terra pelo INCRA foi demorado. No exemplo do assentamento Nossa Senhora de Fátima, o processo de venda foi iniciado em 2004 e concluído em 2005 (RODRIGUES, 2012).

4.3.3 Fazenda Riacho São Domingos

O assentamento São Domingos é outro marcado por disputas territoriais como tantos outros em toda Paraíba, na década de 1990. Surgiu a partir de divergências entre posseiros, moradores e proprietário da Fazenda Riacho São Domingos. Compreende-se uma área de 676 ha que foram desapropriados pelo INCRA e direcionadas ao beneficiamento de 25 famílias. No entanto, a efetivação do processo de reforma agrária não estava resolvido para muitas áreas de assentamento, pois faltavam outros elementos, como assistência técnica e crédito. Houveram dificuldades enfrentadas pelos agricultores, pois mesmo depois de muito tempo na categoria de assentados, eles não receberam os fomentos necessários tanto à produção agrícola quanto a alimentação (FRANÇA, 2011).

Quadro 1. Áreas de conflitos por terras do município de Bananeiras/PB.

Nº. de ordem	Nome do Imóvel	Área (ha)	Nº. de famílias envolvidas	Categoria de trabalhadores	Ano do início	Causa	Situação
01	Fazenda Carvalho (Caulim I e II)	550,0	140 no início, 126 em 1994	Arrendatários e posseiros	1972, reativado em 1981	Aumento do preço do foro; tentativa de expulsão para mudança na forma de exploração da propriedade	Conflito solucionado. Os camponeses foram assentados em outra área. A Fazenda Poderosa, no município vizinho, de Solânea, que se transformou no PA São Francisco III.
02	Fazenda Jatobá	140,0	15	s/inf.	s/inf.	s/inf.	Sem solução até início de 1997.
03	Fazenda Boa Vista	s/inf.	s/inf.	Arrendatários	s/inf.	Tentativa de expulsão dos trabalhadores para plantar bambu	s/inf.
04	Fazenda Lagoa do Matias	107,0	24	Assalariados	1981	Dívidas trabalhistas não pagas	s/inf.
05	Fazenda Sapucaia	1.654,0	43	Moradores, posseiros, arrendatários e sem-terras	1985	Venda da terra seguida de tentativa de expulsão dos trabalhadores para expansão da pecuária. Agravado com a ocupação por trabalhadores do MST.	Conflito solucionado. Deu origem a dois Assentamentos: Dona Vitória e Santa Vitória
06	Fazenda Riacho São Domingos	430,0	09	Posseiros	1985	Tentativa de expulsão dos trabalhadores para expansão da atividade pecuária	Conflito solucionado em 1988 com a aquisição pela antiga Fundap da propriedade Cana Brava no mesmo município, onde os trabalhadores foram assentados.
07	Engenho Manitu	175,3	21 no início, 12 em 1993	Posseiros	1986	Dificuldade de escrituração da terra pelos posseiros que a haviam adquirido	Processo arquivado no INCRA desde 1993.
08	Fazenda Baixa Verde	194,5	31	Moradores de condição, parceiros e Arrendatários	1988	Falta de acordo entre proprietário e trabalhadores para a venda da terra	Conflito solucionado com a aquisição do imóvel pela Fundap, atual Interpa. Deu origem ao PA Baixa Verde
09	Fazenda São José	200,0	11 inicialmente, 15 ao final	Moradores e arrendatários	s/inf.	s/inf.	Conflito solucionado. Foi criado o PA São José que posteriormente foi anexado ao PA Nossa Senhora das Graças dando origem a um só Assentamento.

Fonte: Moreira (1997).

4.3.4 Fazenda Caboclo

Além da Fazenda Caboclo, existem outras propriedades, tanto no município de Bananeiras/PB como nos municípios adjacentes, pertencentes à família Bezerra Cavalcanti. São fazendas ocupadas com engenhos de cultivo de cana-de-açúcar, com pecuária e outras com produtos agrícolas. Dessas fazendas, a família não abriu mão para a desapropriação. Uma dessas propriedades é o engenho Goiamunduba, famoso pela produção da cachaça Rainha (SILVA, 2011).

O processo de desapropriação da Fazenda Caboclo teve início com uma solicitação encaminhada ao INCRA por uma comissão de agricultores com a intervenção da CPT. Segundo as informações de um dos moradores, a fazenda comportava cerca de 2.000 cabeças de gado em 3.600 ha de terras. A mesma passou a ter auxílio do INCRA em meados de 1993, sendo oferecida para venda pelo próprio dono a fins de reforma agrária, pois se fosse vendida para pessoas físicas, cada morador teria que ser indenizado. O processo ocorreu sem conflito (SILVA, 2011; LINS, 2017).

Por volta do ano de 1998 começou a desapropriação e a fazenda foi dividida em três Assentamentos: Nossa Sra. do Livramento, correspondendo à área da Fazenda Caboclo, localmente conhecida como sítio Olho D'Água; Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, correspondendo às áreas da propriedade conhecidas como sítios Raposa e Miguel; e o assentamento Nossa Sra. das Graças, correspondendo às áreas denominadas, localmente, de sítios Caboclo e Ovelha (SILVA, 2011; LINS, 2017).

4.3.5 Fazenda São José

A antiga fazenda São José, também conhecida como sítio Macacos, foi desapropriada pelo INCRA e repassada para 15 famílias de antigos moradores. No que se refere à incorporação da Fazenda São José ao Assentamento Nossa Sra. das Graças, a anexação se deu em virtude dos recursos que deveriam ser dirigidos pelo INCRA ao novo Assentamento, pois não chegava até à Associação e ficavam no Assentamento Nossa Sra. das Graças, o que complicava a vida dos assentados e do próprio assentamento. Por orientação da CPT, a Associação do Assentamento São José foi extinta e se integrou ao Nossa Sra. Das Graças (SILVA, 2011).

Atualmente, no município de Bananeiras/PB existem 13 assentamentos rurais, 9 deles são constituídos pelo INCRA: Cumati, Nova Vista, Boa Vitória, Santa Vitória, São Domingos, Nossa Sra. do Livramento, Nossa Sra. das Graças, Nossa Sra. do Perpétuo Socorro e Nossa Sra. de Fátima (Tabela 7).

Os Assentamentos rurais desapropriados pelo INCRA resultaram da desapropriação de 6 propriedades que se enquadravam, segundo o Estatuto da Terra, na condição de latifúndios, por exploração ou por dimensão. Elas totalizavam 6.698,2727 ha, o que equivalia, em 2006, a 40% da área agrícola municipal. Essa área, que era concentrada nas mãos de apenas 6 proprietários de terra, foi redistribuída entre 409 produtores rurais, promovendo importante impacto na estrutura fundiária municipal (SILVA, 2011).

Tabela 7. Relação dos Assentamentos rurais de Bananeiras/PB.

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO RURAL	ÁREA (Ha)	Nº FAMÍLIAS ASSENTADAS	CAPACIDADE FAMÍLIAS ASSENTADAS	DATA DE CRIAÇÃO
Bananeiras	Cumati	16,7	23	23	20/12/1993
	Nova Vista	79,9	29	29	05/01/1994
	Boa Vitória	201,7	14	20	14/12/1995
	Santa Vitória	1.768,4	84	85	09/12/1996
	São Domingos	676,0	25	36	31/12/1997
	Nossa Sra. do Livramento	394,0	60	64	09/11/1998
	Nossa Sra. das Graças	620,3	62	63	09/11/1998
	Nossa Sra. do Perpétuo Socorro	1.642	54	55	09/11/1998
	Mata Fresca	89,9	09	09	04/03/1993
	Goiamunduba	374,5	26	41	04/03/1993
	Cana Brava	38,8	06	06	04/03/1993
	Baixa Verde	198,3	31	33	04/03/1993
	Nossa Sra. de Fátima	381,2	42	42	20/12/2005
TOTAL	13	6.481,7	465	506	

Fonte: Adaptado de INCRA, 2018; Relatório de iniciação científica (2020).

Os 4 Assentamentos rurais restantes (Mata Fresca, Goiamunduba, Cana Brava e Baixa Verde) são constituídos pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA). Estes assentamentos foram adquiridos pelo Estado em parceria com o Banco Internacional para o Desenvolvimento (BIRD), em 1993. Apenas um deles foi identificada a ocorrência de conflito: Baixa Verde. Tratava-se de imóveis de pequena dimensão, variando de 68 a 198 ha. Cada um deu origem a um assentamento que permaneceu com o mesmo nome do antigo imóvel (SILVA, 2011).

A reforma agrária implementada no município de Bananeiras/PB foi concretizada por dois caminhos: no caso dos nove assentamentos rurais constituídos pelo INCRA, seguiu-se as normas estabelecidas pelo Estatuto da Terra, reconhecidas pela Lei 8.629/9314 da Constituição de 1988; e segundo, referente aos quatro assentamentos rurais constituídos pelo INTERPA, que se resume à pura e simples compra de terras pelo Governo do Estado com recursos do Banco Internacional para o Desenvolvimento.

4.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS/PB

Como já foi citado anteriormente, ao comparar com os outros municípios paraibanos, Bananeiras/PB possui um número expressivo de assentamentos rurais, onde estima-se que residam cerca de 1860 pessoas. A seguir apresentaremos a produção agrícola de cada um destes assentamentos rurais.

4.4.1 Cumati

Os assentados desenvolvem a agricultura familiar, onde as principais culturas são: milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus Vulgaris*) e macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*). Em dimensão territorial, trata-se do menor Assentamento, comparado aos demais. Com isso, os agricultores são próximos e se reúnem constantemente para tratar de assuntos sobre o assentamento (SILVA, 2020).

4.4.2 Nova Vista

As características produtivas do Assentamento Nova Vista são semelhantes ao Cumati. Sua produção agrícola está organizada com base em quatro produtos principais: milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus Vulgaris*), macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*) e a fava (*Vicia Faba*) (SILVA, 2020).

4.4.3 Boa Vitória

Territorialmente, é um pouco maior do que os Assentamentos anteriores, entretanto, possui um número inexpressivo de famílias assentadas. Assim, os agricultores aproveitam os espaços para criar animais de pequeno porte, plantar árvores frutíferas e lavouras temporárias, como o milho (*Zea mays*) e feijão

(*Phaseolus Vulgaris*) (SILVA, 2020).

4.4.4 Santa Vitória

É o maior assentamento entre os demais e dispõe-se de culturas como milho (*Zea mays*), macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*), caju (*Anacardium occidentale*), côco (*Cocos nucifera*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), feijão macassar (*Vigna Unguiculata*), fava (*Vicia Faba*), inhame (*Dioscorea spp*), jerimum (*Cucurbita*), batata doce (*Ipomoea batatas*) e frutas, tais como a banana (*Musa sp*) e o mamão (*Carica papaya*), destinadas ao consumo e à comercialização (SILVA, 2020).

4.4.5 São Domingos

As 25 famílias assentadas residem em casas de alvenaria, em bom estado de conservação, distribuídas nas parcelas e não em forma de agrovilas. A produção local é caracterizada pelas plantações de milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus Vulgaris*), macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*), caju (*Anacardium occidentale*), côco (*Cocos nucifera*) e sapoti (*Manilkara zapota*). Além de existir algumas pastagens para o gado, há um elemento notável e vital neste assentamento: a preservação da cobertura vegetal, que garante maior retenção de águas no solo, fertilidade natural e também da preservação dos mananciais (Figura 6) (FRANÇA, 2011; SILVA, 2020).

Figura 6. Vista parcial da cobertura vegetal do Assentamento rural São Domingos, Bananeiras/PB.



Fonte: FRANÇA (2011).

4.4.6 Nossa Senhora do Livramento

Os moradores desenvolvem a agricultura familiar e cultivam algumas culturas de subsistência. Os assentados criam animais de pequeno porte que são utilizados para o autoconsumo e também para o comércio em feiras livres (SILVA, 2020).

4.4.7 Nossa Senhora das Graças

Os afloramentos cristalinos dispersos por quase todos os lotes, além de um relevo movimentado limitam a atividade agrícola. A sua produção agrícola está organizada com base em quatro produtos principais: a mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*), o feijão macassar (*Vigna Unguiculata*), o feijão mulatinho (*Phaseolus Vulgaris*) e o milho (*Zea mays*) (Figura 7).

Figura 7. Área cultivada com alimentos no Assentamento Nossa Senhora das Graças, Bananeiras/PB.



Fonte: Silva (2011).

Além desses produtos, cultiva-se também a fava (*Vicia Faba*), macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*), inhame (*Dioscorea spp*), jerimum (*Cucurbita*), batata doce (*Ipomoea batatas*) e frutas, como a banana (*Musa sp*), o mamão (*Carica papaya*) e a pinha (*Annona squamosa*). O caju (*Anacardium occidentale*) que já se encontrava plantado na propriedade antes de sua transformação em assentamento rural, permanece na área de uso coletivo e também é encontrado em todos os lotes. O fruto é pouco valorizado pelos assentados e o seu valor econômico está na castanha, que é comercializada (SILVA, 2011; SILVA, 2020).

4.4.8 Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

É o segundo maior entre os demais Assentamentos rurais de Bananeiras/PB, fato que proporciona uma grande variedade de atividades realizadas pelos assentados. Nele dispõe-se de culturas como milho (*Zea mays*), macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), feijão macassar (*Vigna Unguiculata*), fava (*Vicia Faba*), inhame (*Dioscorea spp*), jerimum (*Cucurbita*) e batata doce

(*Ipomoea batatas*), além da criação de animal representada pela produção de bovinos e caprinos (SILVA, 2020).

4.4.9 Mata Fresca

As 9 famílias assentadas desenvolvem a agricultura familiar e cultivam algumas policulturas. Os assentados criam animais de pequeno porte que são utilizados para o autoconsumo e também para o comércio em feiras livres (SILVA, 2020).

4.4.10 Goiamunduba

As áreas deste assentamento são utilizadas para agropecuária, lavouras, área de reserva e pastagens, além de uma forte presença da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Dispõe-se de culturas como milho (*Zea mays*), macaxeira (*Manihot Esculenta Crantz*) e fruta, como a banana (*Musa sp*) (SILVA, 2020).

4.4.11 Cana Brava

Neste Assentamento os agricultores dedicam-se a cultivos para o consumo familiar, como milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus Vulgaris*) e mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*). Este é o meio de vida que representa as 6 famílias assentadas (SILVA, 2020).

4.4.12 Baixa Verde

A produção local é caracterizada pelas plantações de milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus Vulgaris*) e mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*). A mandioca é a principal cultura e sua importância relaciona-se ao fato dela se constituir na principal fonte de renda monetária das famílias assentadas (SILVA, 2020).

4.4.13 Nossa Senhora de Fátima

É um dos mais recentes assentamentos rurais criados. Dispõe-se de culturas como o milho (*Zea mays*), o feijão (*Phaseolus vulgaris*), o coentro (*Coriandrum sativum*) e a alface (*Lactuca sativa*) que são destinadas ao consumo e à comercialização nas feiras livres (Figura 8).

Figura 8. Horta no Assentamento rural Nossa Senhora de Fátima, Bananeiras/PB.



Fonte: RODRIGUES (2012).

Alguns assentados plantam algodão (*Gossypium L.*) e possuem pequenas hortas. O feijão é a base da alimentação da família e o milho a base da alimentação dos animais. O cultivo tem apenas o esterco bovino como adubos. Alguns outros criam gado como reserva financeira em momentos difíceis, mas também foram identificadas outras criações como cabras, ovelhas, frangos e porcos (RODRIGUES, 2012; SILVA, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados nesta pesquisa nos permitem considerar os seguintes pontos:

- O conceito de “Territórios de Esperança”, citado anteriormente por Moreira (2003), deixa claro a importância de pesquisas deste cunho, pois parte dos assentamentos rurais de Bananeiras/PB são oriundos das resistências dos camponeses para permanecerem na terra em que trabalhavam;
- Em termos de diversidade ambiental, o município de Bananeiras/PB tem um fato diferenciador dos outros municípios do BP: suas terras a sudeste abrangem, aproximadamente, 30% da área de Brejo, principalmente a área próxima à cidade; Já os outros 70%, abrangem o Curimataú (zona semiárida). É nesta parte mais setentrional do município que se encontram vários assentamentos rurais, cujo desenvolvimento é limitado pelos longos períodos de estiagem;
- Nas últimas décadas novos interesses vêm se ampliando em Bananeiras/PB, a exemplo da especulação imobiliária e do turismo, transformando a paisagem e comprometendo a malha agrícola do município;
- A maior parte dos assentamentos rurais de Bananeiras/PB se ocupam de culturas comerciais diversificadas, principalmente a banana e a cana-de-açúcar, além da agricultura de subsistência e da pecuária;
- Atualmente o principal produto da agricultura comercial municipal se reduz apenas à banana, que se tornou o principal produto tanto em termos de área plantada, como em valor produzido;
- A monocultura canavieira ainda mantém o seu espaço nos assentamentos rurais de Bananeiras/PB, com uma área plantada muito reduzida e um baixo valor da produção, voltada principalmente para a produção de cachaça, como é o caso do Engenho Goiamunduba, localizado no assentamento homônimo;
- Boa parte dos assentados ainda necessita de orientação técnica tanto para a organização sindical quanto para a produção e comercialização de seus produtos;

- Frequentemente os trabalhadores rurais são alvo de preconceitos, sendo qualificados como invasores e/ou desocupados. Isso ocorre até mesmo por parte das camadas sociais menos favorecidas, pois essas pessoas são manipuladas por expressões violentas oriundas do poder midiático e ardiloso e que, geralmente, são financiadas pelos grandes proprietários de terras. Assim, precisamos também nos tornar resistentes e buscar cada vez mais alternativas para desmistificar tais ideias;
- A complexidade da temática abordada nesta pesquisa é muito maior do que trabalhamos. Se não tivessem havido os transtornos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus, seguido da paralização das atividades e pelo isolamento social obrigatório, poderíamos ter colhido informações mais precisas e quantitativas acerca dos assentamentos rurais estudados, particularmente, no que diz respeito à produção agrícola atual. Dessa forma, referências como Silva (2011), Rodrigues (2012) e Silva (2020) contribuíram bastante para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA – DATALUTA. **Relatório DataLuta Brasil**. Coordenação: SOBREIRO FILHO, J. GIRARDI, E. P. - nº. 21 (2020). Presidente Prudente/NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP, 2020.
- BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA – DATALUTA. **Relatório DataLuta Brasil**. Coordenação: SOBREIRO FILHO, J. GIRARDI, E. P. - nº. 9 (2008). Presidente Prudente/NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP, 2008.
- BARBOSA, G. J. **Perfil dos pecuaristas de base familiar do município de Serraria (PB)**. 2014. 17 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Ciências Agrárias) - Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2014.
- BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CABRAL, C.S. **A reforma agrária no brejo paraibano: o caso do assentamento União**. / Catherine Sofiatti Cabral – 2020. : il. 68p. Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, CCHLA, 2020.
- CPRM - Serviço geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. *Diagnóstico do município de Bananeiras, estado da Paraíba*. Organizado [por] João de Castro, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 11p + anexos.
- DELGADO, Guilherme c.. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós- guerra: em estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados. 2001, vol. 15, n.43, p. 157-172.
- FABRINI, J. E. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, jul./dez. 2006. p. 63-91

FERNANDES, B. M. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** n. 1, 1998. p. 2-44

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** *In:* Revista NERA Año IX Nº 24 - Outubro de 2008. pp. 73-85.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB.** 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2014. 149f.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A luta pela conquista e permanência na terra e a construção/consolidação dos territórios de esperança.** / Diego Pessoa Irineu de França. – 2011. : il. 73p. Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2011.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora.** AGRÁRIA, São Paulo, n. 8, 2008. p.73-98

GONDIM, Antônio Washington de Almeida. **Geoeconomia e agricultura no Brejo paraibano: análise e avaliação.** João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Censos 1960, 1970, 1980, 2004, 2009, 2010, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. Casa Civil da Presidência da República, Diretoria de Gestão Estratégica, Superintendência Regional da Paraíba – SR 18. Assentamento Rurais. Informações gerais. <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. **Quadro demonstrativo dos Projetos de Assentamento.** João Pessoa: INCRA,

2006.

KERBER, Marinês. **Análise das trajetórias de transição de produtores de base ecológica de Ibiúna/SP: identificação e caracterização de indicadores sociais de sustentabilidade.** 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos: UFScar, 2009. 146p.

LIMA, E.C. de. **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “zona da cana” nordestina: o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.** (Tese Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH) Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011, 255p.

LINS, Lucicléa Teixeira. **Educação e história de luta camponesa nos assentamentos rurais do brejo paraibano.** In: I Congresso Nacional de Práticas Educativas - Coprecis, 2017, Campina Grande. I Congresso Nacional de Práticas Educativas - Coprecis, 2017.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.** 4. ed. - João Pessoa : IFPB, 2016. 290p.

MITIDIERO JR., M. A. **A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, luta pela terra e ação da Comissão Pastoral da Terra no Estado a Paraíba.** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008. 501p.

MOREIRA, E.R. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: Delimitação e Caracterização.** Joao Pessoa: GAPLAN, 1989.

MOREIRA, E.R. **O espaço paraibano enquanto produto do trabalho.** João Pessoa: Texto didático, 2003.

MOREIRA, E.R. **Por um pedaço de chão.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, E.R.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997. 332p.

NÓBREGA, H. **Evolução Histórica de Bananeiras.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Nº 16, 1968, p. 9-46.

PEREIRA, Jean Jerdson. **Agricultura familiar no assentamento Nossa Senhora de Fátima, Bananeiras-PB.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

PEREIRA JUNIOR, J.; MEDEIROS, J.G.F; SANTOS, E.L; RODRIGUES, L.P.M. **O processo de reforma agrária no Brejo Paraibano: uma análise sobre o espaço e suas transformações.** In. Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade, I, 2019, Campina Grande/PB. 2019, p. 1-12.

REIS, R.R. **O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil.** Lua Nova, n. 86, 2012. pp. 89-112.

RODRIGUES, L.P.M. **A formação territorial do Brejo Paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima.** (Dissertação Mestrado, PPGG/UFPB), 2012. 211p.

RODRIGUES, L.P.M. **Transformações no espaço agrário do Brejo Paraibano: ferramentas de SIG para a análise e representação de dados.** (Monografia de Especialização, Centro Universitário de Patos – Unifip, no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* Curso de Especialização em Geoprocessamento, na Área de Concentração em Ciências da Engenharia). 2020. 36p.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Coleção espaço, território e paisagem 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SILVA, Manoel Luiz da. **Bananeiras: Apanhados históricos.** Bananeiras: Sal da Terra, 2007. 122p.

SILVA, Manoel Luiz da. **Bananeiras: sua história, seus valores.** João Pessoa: Gráfica IPÊ, 1997, 210p.

SILVA, Manoel Vieira da. **Do sítio Caboclo ao assentamento Nossa Senhora das Graças: território de exploração versus território de esperança.** (Dissertação Mestrado, UFPB/PPGG, 2011. 144f.

SILVA, Maria Aparecida Oliveira. **Caracterização geográfica e dinâmica da produção agrícola em assentamentos rurais de reforma agrária do Brejo Paraibano**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2020.

SILVA, Pedro Deividly Geraldo da. **Capital, tempo e espaço: a metamorfose de uma cidade pequena, Bananeiras/PB em análise**. 2019, 69f. Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira/PB, 2019.

SOUSA, D. S.; PEREIRA, W. E. **Atividade agrícola do Brejo Paraibano: declínio e tendências atuais**. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável, v.6, n.3, p.11-20, 2016.

SOUSA, D. S. **Determinação de indicadores de sustentabilidade da bananicultura no Brejo Paraibano**. 2018. 195 f. Tese – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Centro de Ciências Agrária, Universidade Federal da Paraíba, Areia, Paraíba, Brasil.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.